



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

CONSELHO DE GOVERNANÇA e R.A.E

Extrato da Ata da 1º reunião – 2024

1) IDENTIFICAÇÃO:

Data/Hora/Local da Reunião:

08/08 – 17hs – Presencial e Videoconferência

Participantes (Membros):

- Presidente - Des. Sigurd Roberto Bengtsson
- Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral - Des. Luiz Osório Moraes Panza (ausência justificada)
- Diretora-Geral: Solange Maria Vieira
- Diretor Executivo da Escola Judiciária Eleitoral do Paraná - Dr. Anderson Ricardo Fogaça
- Juiz Ouvidor Eleitoral - Dr. Guilherme Frederico H. Denz, representado por Mariana Pirih
- Juíza Ouvidora da Mulher – Des. Claudia C. Cristofani, representado por Mariana Pirih
- Juíza de Cooperação de 1º Grau - Dra. Vanessa Jamus Marchi
- SECCRE - Silvia Albuquerque Medici Metri, representada por Vanessa Piovesan S. Bravo
- SECAD - Iuri Camargo Kisovec
- SECGP - Gabrielle Ana Selig Shiohara
- SECPLEI – Valcir Mombach
- SECOFC – Helton José Sanches
- SECTI – Gilmar José Fernandes de Deus
- SECJUD - Danielle Cidade Morgado Maemura
- SECAUDI - Hillene de Cassia Sbalqueiro Silva Meira
- SECOM – Willian Gallera Garcia, representado por Melissa Diniz Medroni
- ASSP - Jillian Roberto Servat
- ASJUR - Daniele Cristine Forneck Franzini
- ASSPRES - Rachel Diogenes Ramina Rezler

Presentes também:

- GABPRES - Marluze Mathias Janke Toigo
- CPEG - Diogo Sguissardi Margarida
- COEJE - Domicio Prates Ribeiro Filho
- CPC - Rachel Ivania Tasca e Lazzari
- NEST - Ivete de Oliveira Rosa
- SPE - Heloísa Helena de Oliveira Coelho
- NLGPD - Fabio Henrique da Silva Skonieczny e Ana Paula Moura Crevelaro
- ASCV - Taís Furmann
- SMS - Vilmar Chequeleiro
- ASSP - José Maria dos Santos Garcia
- SAGI - Luciana Campanholi e Kelly Padilha Lopes, responsável por secretariar os trabalhos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Pauta Conselho de Governança:

1. Submeter o Plano de Integridade à aprovação.
2. Informar a aprovação do Plano de Gestão.
3. Apresentação do Relatório de Atividades da SECAUDI – exercício 2023.

Informes Conselho de Governança:

1. Núcleo de Cooperação Judiciária
2. Prêmio CNJ de Qualidade (Eixo Produtividade)
3. Prêmio CNJ de Qualidade (Eixos Governança e Transparência)
4. Prêmio CNJ de Qualidade (Eixo Dados e Tecnologia)
5. Consultoria PJE
6. Apresentação das principais Ações dos Comitês

Pauta R.A.E.:

1. Indicadores Estratégicos 2021-2026 e Metas Nacionais 2024
2. Cidadania Plena e Projeto Eleições 2024

Informes R.A.E.:

1. Ranking da Transparência (Aguarda resultado definitivo)
2. Monitoramento do Plano de Gestão

2) DEBATE:

1. Destacada a importância de serem identificados eventuais riscos vinculados diretamente ao processo eleitoral.
2. Solicitada consultoria à SECAUDI, a respeito do funcionamento do PJE, cujo resultado apontou a necessidade de unificação do sistema para as 2 instâncias. Neste sentido, restou deliberado pela criação da Assessoria Especializada do PJE, vinculada à Presidência, para dar prosseguimento à unificação do PJE.
3. Apontada a publicação da Resolução TRE-PR nº 938/2024, que regulamenta a divisão dos feitos judiciais referentes às eleições 2024, de acordo com o grupo de municípios e a prevenção do juiz relator.
4. Enfatizada a importância do funcionamento do PJE no horário normal de expediente, a fim de evitar a necessidade de trabalho pela manhã e à noite, com o impacto em horas extras. Recomendado que o direcionamento do pagamento das horas extras observe a necessidade de atuação direta no pleito eleitoral.
5. Retratadas as ações que serão implementadas para aprimorar a segurança nos fóruns eleitorais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

6. Definida nova dinâmica de gerenciamento dos riscos a serem monitorados pelo Comitê de Gestão Estratégica e Riscos – CGER (institucionais) e os que serão tratados pelas Secretarias ou outros Comitês (de gestão).
7. Deliberado que a pasta “G” será desativada, salvo exceções.
8. Recomendada divulgação à imprensa, da data de início do treinamento dos mesários.
9. Noticiada a aprovação do Plano de Gestão, mediante a publicação da Portaria TRE-PR nº 268/2024.
10. Anunciada a contratação de mulheres vítimas de violência, sendo 1 PcD, em razão da violência sofrida.
11. Apresentadas as recomendações advindas da ação coordenada pela Secretaria de Auditoria do CNJ, para avaliar a aderência do Tribunal à Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.
12. Informado o quantitativo feminino que o Tribunal possui em cargos Comissionados - CJ, e nas chefias de Cartório ou de Seção – FC6, bem como as ações realizadas para atender recomendação do CNJ.
13. Sugerida elaboração de norma interna que solicite ao Tribunal de Justiça – TJ, a indicação de lista tríplice ou magistrados, quando houver cargos vagos, atendendo à cota de gênero.
14. Solicitado que sejam envidados esforços para capacitação a respeito de conteúdos estruturais que envolvem as questões femininas, raça e gênero.
15. Aprovado o Plano de Integridade compilado até o momento e solicitado que seja feito normativo com os Mandamentos da Integridade, para que seja uma norma de conduta a ser observada por todos.
16. Apresentada a Identidade Visual, as Campanhas de Comunicação e a Estruturação do Site do Programa de Integridade.
17. Noticiadas as ações praticadas pelo Núcleo de Cooperação Judiciária e a realização do Seminário sobre Assédio Eleitoral.
18. Instituída a unidade de monitoramento e fiscalização das decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (UMF/CNJ) no âmbito deste órgão, em cooperação com TJPR ou TRF4.
19. Apresentadas as ações realizadas pelos Grupos de Trabalho responsáveis pelos Eixos Produtividade e Governança do Prêmio CNJ de Qualidade 2024.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

20. Ressaltado que o TRE-PR seguiu as orientações do CNJ, quando da elaboração do Plano de Gestão 2024-2025 e evoluirá ao máximo para atender as necessidades da sociedade e as exigências e recomendações entabuladas pelos órgãos externos.
21. Detalhado o Relatório de Atividades de Auditoria - exercício 2023 (PAD 31.789/2022).
22. Esclarecido que o motivo do item “Datajud – Polo Passivo”, não ter atingido a totalidade da pontuação, foi a falta de informações no cadastro do polo passivo.
23. Sugerido que seja oficiado ao TSE para que seja criado um ente despersonalizado no sistema do PJE, que não se enquadre como Pessoa Física, tão pouco Pessoa Jurídica.
24. Noticiado que está sendo elaborada nova norma para planejamento das contratações e que foi criada assessoria específica na SECAD, com o objetivo de gerenciar as obras, dado o número de fóruns sob a responsabilidade do TRE.
25. Relatadas as principais ações realizadas pelos comitês: **a)** Comitê de Gestão Judiciária; **b)** Comitê de Gestão Orçamentária; **c)** Comitê Gestor de Segurança da Informação e de Proteção de Dados Pessoais; **d)** Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e Atenção Integral à Saúde; **e)** Comitê de Gestão da Infraestrutura e de Contratações; **f)** Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação.

Neste momento passou-se a tratar da 1ª Reunião de Análise Estratégica – RAE 2024, com a exposição dos seguintes temas:

26. Detalhadas as ações desenvolvidas frente ao Projeto Cidadania Plena e Projeto Eleições 2024.
27. Noticiada a publicação do resultado preliminar do Ranking da Transparência CNJ 2024. O TRE-PR atingiu o percentual de 101,90%, ficou em 8º Lugar no Ranking Geral e 3º Lugar no Ranking TRE's. O resultado final está previsto para 21/08/2024.
28. Divulgados os dados quanto ao cumprimento das Metas Nacionais 2024.
29. Apresentado o levantamento dos Indicadores-Estratégicos 2021-2026, apurados até 30/06/2024.
30. Solicitadas ações para melhorar os índices de sustentabilidade perante o CNJ.

3) DELIBERAÇÕES:

Assuntos

1. Avaliar os critérios e crivos do CGER, que definiram os riscos institucionais que serão monitorados pelo próprio Comitê de Riscos.
2. Aprovar o Relatório de Atividades de Auditoria exercício 2023 - ano 2024.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

3. Comunicar aos servidores, contratados e estagiários a desativação da pasta “G.
4. Envidar esforços para ampliar a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica.
5. Identificar os investimentos/gastos que o Tribunal fez (diárias, cursos), que estão vinculados à Política de Participação Institucional Feminina e da Equidade de Gênero.
6. Providenciar capacitação que trate a respeito das questões estruturais femininas, de gênero e raça.
7. Encaminhar Ofício-Circular aos Juízos Eleitorais, para que seja verificada a correta classificação das partes do processo (polos ativo e passivo), inclusive com a inclusão de documentos.
8. Oficiar ao TSE para que seja criado ente despersonalizado no PJE.
9. Criar assessoria do PJE subordinada à Presidência, para dar prosseguimento à unificação da ferramenta no 1G e 2G.
10. Elaborar norma interna que solicite ao Tribunal de Justiça – TJ, a indicação de lista triplíce ou magistrados quando houver cargos vagos, atendendo à cota de gênero.
11. Elaborar normativo que contemple os 10 Mandamentos de Ética e Integridade. Foi aprovado o Plano de Integridade elaborado até o presente momento.
12. Envidar esforços diretos junto ao TJ, para que o referido tribunal classifique como prioridade nas suas demandas, a “Inclusão e Declaração de Viabilidade do Projeto de Compartilhamento com o TRE-PR de Dados Pessoais, Nomeações e Afastamentos de Juízes”.
13. Identificar o número dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ) e encaminhar aos juízes e relatores para, dentro do possível, dar prioridade à tramitação.
14. Verificar ações que possam ser implantadas, para melhoria do indicador de Sustentabilidade.
15. Apresentar a 1º medição dos indicadores do Plano de Gestão 2024-2025.

4) ENCERRAMENTO:

Concluídos os trabalhos, eu, Kelly Padilha Lopes, servidora da Seção de Apoio à Governança Institucional, lavrei o presente extrato da data que, conforme deliberado, será publicada na página da *Internet* deste Tribunal.